

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.930 - UY (2019/0271161-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : JUÍZ DE DIREITO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DA 2A VARA
CÍVEL DE MONTEVIDÉU
INTERES. : USIMECA INDUSTRIA MECANICA SA
ADVOGADO : ALPER TADEU ALVES PEREIRA - RJ082100
PARTE : POLTICOR SA
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça da República Oriental do Uruguai solicita a citação da empresa interessada de ação que lá tramita (fls. 8-11).

Às fls. 145-146, concedi o *exequatur*.

A interessada apresentou impugnação às fls. 159-161. Argumenta que sua obrigação "está limitada ao território nacional", pois "a venda do coletor de resíduos sólidos foi realizada no País" (fl. 160), mediante contrato firmado sob a égide da legislação brasileira. Sustenta que a diligência afronta a soberania nacional e a ordem pública.

O Ministério Público Federal opina pela improcedência da impugnação e, caso cumprida a diligência, pela devolução dos autos à origem (fl. 173).

A interessada foi intimada por oficial de justiça (fl. 191).

É o relatório. Decido.

Os argumentos apresentados às fls. 159-162 não merecem prosperar.

Como visto, concedi o *exequatur* em virtude de a diligência não atentar contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública (fl. 145).

A prática de ato de comunicação processual é plenamente admissível em carta rogatória. A simples citação da parte interessada para responder a ação proposta no Juízo rogante, por si só, não caracteriza situação de afronta à ordem pública ou à soberania nacional.

Ademais, o caso versa sobre questão não prevista no rol dos temas sujeitos à jurisdição exclusiva da Justiça brasileira (art. 23 do CPC). Portanto, sendo o caso de

Superior Tribunal de Justiça

jurisdição concorrente, não há falar em exclusão da competência da Justiça uruguaia para pleitear a diligência rogada.

As questões acerca do mérito da causa suscitadas na impugnação – relativas à responsabilidade da interessada, que firmou contrato com empresas no exterior, e às cláusulas contratuais aplicáveis ao caso – devem ser analisadas pelo Juízo rogante, pois transcendem os limites estabelecidos no art. 216-Q, § 2º, do RISTJ, o que impede seu exame pela Presidência do STJ.

Nesse sentido, confira-se trecho do parecer do Ministério Público Federal (fl. 173):

Não é caso de competência exclusiva da Justiça brasileira e as questões de mérito devem ser analisadas pelo Juízo rogante.

Por essas razões, **indefiro o pedido da interessada (fls. 159-162).**

Diante do comparecimento da parte interessada (fls. 159-162) e do êxito de sua intimação (fl. 191), **considero consumado o objeto da comissão.**

Assim, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante (art. 216-X do RISTJ) após o trânsito em julgado, por intermédio da autoridade central competente.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente